

A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO ULTRALIBERAL

Por:

Rosa Maria Vieira, FGV-EAESP

RAE-eletrônica, v. 5, n. 2, Resenha 3, jul./dez. 2006

<http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=4470&Secao=RESENHAS&Volume=5&Numero=2&Ano=2006>

©Copyright, 2006, RAE-eletrônica. Todos os direitos, inclusive de tradução, são reservados. É permitido citar parte de artigos sem autorização prévia desde que seja identificada a fonte. A reprodução total de artigos é proibida. Os artigos só devem ser usados para uso pessoal e não-comercial. Em caso de dúvidas, consulte a redação: raeredacao@fgvsp.br.

A RAE-eletrônica é a revista on-line da FGV-EAESP, totalmente aberta e criada com o objetivo de agilizar a veiculação de trabalhos inéditos. Lançada em janeiro de 2002, com perfil acadêmico, é dedicada a professores, pesquisadores e estudantes. Para mais informações consulte o site www.rae.com.br/eletronica.

RAE-eletrônica

ISSN 1676-5648

©2006 Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



Escola de Administração
de Empresas de São Paulo

A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO ULTRALIBERAL

Por

Rosa Maria Vieira

Professora da FGV-EAESP

E-mail: rvieira@fgvsp.br

O CONSENSO FORJADO: A GRANDE IMPRENSA E A FORMAÇÃO DA AGENDA ULTRALIBERAL NO BRASIL

De Francisco Fonseca

São Paulo: Hucitec, 2005. 461 p.

Profundas alterações marcaram o Brasil de 1985 ao final da década de 1990, pois chegou ao fim a transição política que pôs termo à ditadura militar e teve início o desmonte do legado varguista. Apesar de responder às demandas internas do país, essa viragem seguiu de perto os movimentos que, internacionalmente, foram responsáveis pela derrocada da URSS e pela profunda crise capitalista. Posto em xeque, o “modelo fordista-keynesiano” cedeu passo à agenda neoliberal que colocou o intervencionismo estatal e as políticas sociais sob suspeição, afirmando o primado do mercado.

A desconstrução do “desenvolvimentismo” impôs um realinhamento de classes e frações sociais no Brasil, abrindo caminho à disputa pela hegemonia que as crises da Nova República tão bem revelaram. Nesse cenário de reacomodação das forças econômicas e das relações de poder, a grande imprensa nacional desempenhou relevante papel no que diz respeito à difusão dos princípios do novo consenso, pavimentando o caminho para as mudanças que viriam, sobretudo, durante o governo FHC.

A obra de Francisco Fonseca trata dessas questões, propondo-se desvendar o papel da mídia impressa como formadora de opinião e difusora das idéias que prepararam as alterações econômicas e o realinhamento do Brasil no contexto da globalização. Produto de exaustiva pesquisa para seu doutoramento em Ciência Política, nele o autor não só enfrentou o desafio como também conseguiu se livrar dos escolhos acadêmicos. O texto prende a atenção e facilita o entendimento do leitor interessado

no exame das relações entre a empresa jornalística e o processo político nacional, demonstrando que rigor científico e clareza podem caminhar juntos.

Fonseca analisa quatro importantes periódicos – *Jornal do Brasil* (JB), *O Globo* (OG), *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* –, de 1985 a 1992, acompanhando quotidianamente, sem recorrer ao recorte amostral, editoriais, cobertura jornalística e artigos, tendo por pressuposto a concepção de que o jornal é “capaz de simultaneamente publicizar, universalizar e sintetizar linhagens ideológicas” (p.29). Em outras palavras, toma a imprensa como um “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”, uma estrutura em que “se mesclam o público e o privado”, em que “os direitos do cidadão se confundem com os do dono do jornal” (p.30). Trata os grandes jornais brasileiros como formadores de opinião, órgãos que veiculam idéias que pretendem modelar a opinião de seus leitores.

Fonseca se inspira em Gramsci para conceber os jornais como aparelhos privados de hegemonia e seus leitores como retransmissores das idéias centrais que a grande imprensa elabora ou difunde, tomando, no entanto, o cuidado de não incorrer em automatismos reducionistas. É esse tratamento que lhe permite desvendar o processo pelo qual certas visões de mundo e interesses particulares se apresentam como sendo universais, naturalizados, compartilhados por “toda a nação”.

Na primeira parte, o leitor encontrará o histórico de um dos embates ideológicos cruciais no século passado: o confronto entre o intervencionismo de matriz keynesiana e o “ultraliberalismo”, como prefere identificar o ideário neoliberal, em virtude do radicalismo dos pressupostos e da ação de seus partidários. Nesse segmento há um amplo inventário da resistência “ultraliberal” à hegemonia intervencionista, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial. Depois de agrupar as idéias-chave do “ultraliberalismo” em alguns princípios gerais – como defesa da precedência da esfera privada sobre a pública, privatização das empresas estatais, desmontagem do Estado de bem-estar social, quebra do pacto corporativo entre capital e trabalho, desregulamentação das relações trabalhistas e ênfase nas virtudes do livre-mercado –, Fonseca passa em revista os principais ideólogos e escolas do pensamento neoliberal.

No que diz respeito à Escola Austríaca, foca Hayek, responsável pela contra-ofensiva neoliberal por meio da Sociedade Mont Pélerin e do livro *O caminho da servidão* (1944), que se tornou a referência teórica do “ultraliberalismo”. Com relação à Escola de Chicago e a Friedman, ressalta os princípios do monetarismo, sua importância para os países que estruturam sua orientação econômica com base na estabilidade monetária – a começar pelo Chile de Pinochet – e, sobretudo, o modo como são concebidas as políticas públicas sociais. Lembra que, para Friedman, a solução da pobreza deveria

ser transferida “à iniciativa privada”, à boa vontade e às consciências sensíveis dos *indivíduos altruístas*. Daí a *caridade* ser a recomendação do radicalismo ultraliberal para a sociedade cuidar dos pobres” (p.71). Fonseca não deixa de fazer referências à Escola de Virgínia (ao Thomas Jefferson Center for Studies in Political Economy), responsável pela Public Choice, cuja premissa é a aplicação da metodologia microeconômica à análise histórico-política e ao desenvolvimento da teoria do individualismo metodológico, que tem em James Buchanan sua maior expressão.

Municiado desse instrumental, o autor parte para o segmento mais importante: a análise dos jornais, vasculhando o perfil ideológico-editorial e identificando o projeto de cada um. Nesse segmento, o leitor encontra a análise organizada por recortes temático-cronológicos, mediante os quais é ordenado o material gerado durante a transição política que fecha o ciclo ditatorial. Os recortes temáticos são o temor da hiperinflação, o Plano Cruzado, as eleições e os trabalhos constituintes, a moratória da dívida externa e a eleição presidencial de 1989.

Demonstrando formidável paciência na organização do vasto material e grande capacidade de análise de discurso, Fonseca tece a trama que envolve numa mesma malha o perfil ideológico, os projetos e os interesses de cada um dos jornais, acompanhando a crônica diária dos temas que empolgaram a sociedade brasileira no período.

Ao longo da obra, o leitor entra em contato com as teses centrais do autor, ou seja, as do triplo papel desempenhado pelos periódicos brasileiros: aparelhos privados de hegemonia, empresas jornalísticas e “partidos do Capital Global”. Pode então descobrir que os jornais, sem exceção, simplificaram complexos problemas, reduzindo-os a uma polaridade dicotômica, desqualificando e estigmatizando as vozes contrárias à agenda “ultraliberal”. Independentemente dos perfis ideológicos (“liberalismo inconseqüente” do *Jornal do Brasil*, “doutrinarismo conservador” do *Estado de S. Paulo*, “governismo inveterado” de *O Globo*, volatilidade da *Folha de S. Paulo*), todos os jornais analisados condenaram os conflitos de classe, combateram greves de trabalhadores em nome de “valores universais” e apoiaram a “minimização do Estado nas relações econômicas”, apelando à repressão estatal pela aplicação da legislação herdada da ditadura.

Para demonstrar que a imprensa atuou de modo unilateral, Fonseca lembra, por exemplo, as negativas de alguns jornais de publicarem anúncios pagos daqueles que se opunham à agenda “ultraliberal”, como foram os casos da recusa do *Jornal do Brasil* de anunciar o chamamento à greve geral das Centrais Sindicais, ou de *O Globo* de veicular os comunicados de Brizola, governador do Rio de Janeiro.

A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO ULTRALIBERAL

Rosa Maria Vieira

A constatação da unilateralidade ideológica cobra resposta a uma pergunta: por que os jornais aderiram à agenda “ultraliberal”, às proposições do Consenso de Washington? A resposta resgata o cerne da nossa questão nacional irresoluta: o “descompromisso histórico das elites brasileiras com os projetos nacionais” (p.448). As elites brasileiras executaram o que sua condição subordinada lhes acenava como mais vantajoso: “adesão a uma agenda que implicaria investimentos internacionais, mesmo que a contrapartida fosse a desnacionalização [...], o desemprego, o empobrecimento da sociedade e a renúncia à soberania” (p.448).

Diante da globalização neoliberal, a burguesia brasileira renunciou ao que, a rigor, nunca foi capaz de constituir: um projeto de desenvolvimento nacional. Coube à imprensa a função de divulgar a agenda ultraliberal, alardeando sua superioridade e mostrando a crítica como mera resistência à modernidade. Os efeitos destrutivos da voragem neoliberal espalham-se por toda parte, cobrando pesadas faturas sociais. Para aqueles a quem incomoda o alto preço pago pelo Brasil e que teimam em construir alternativas à barbárie contemporânea, o livro de Fonseca é, sem dúvida, importante instrumento de reflexão crítica e mobilizadora.